

Tribunal Regional do Trabalho da 6^a Região (PE)
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato _____

Nº de Inscrição _____

Nº do Caderno _____

Nº do Documento _____

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

1º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 120 questões, numeradas de 1 a 120.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você deve escolher.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta, comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer outra forma de auxílio.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.

– **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**

marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.

Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.

– **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**

marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.

- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2412118745M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE)
TRT 6ª Região (PE)

CARGO:

Técnico Judiciário – Área Administrativa

MODELO/BANCA:

FCC

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

12/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

12/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CONHECIMENTOS GERAIS – PESO I

LÍNGUA PORTUGUESA

Fidelis Almeida

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 3, baseie-se no texto abaixo.

1 O homem se orgulha da ampliação do seu conhecimento. Mas, como consequência de tudo que ele criou, as limitações do seu conhecimento consciente e, portanto, o grau de ignorância subjacente a sua ação consciente também foram crescendo. Desde o despontar da ciência moderna, os grandes pensadores reconheceram que “o grau de ignorância aumentará com o avanço da ciência”. Infelizmente, o progresso científico deu origem ao conceito vulgar, aparentemente aceito por muitos cientistas, de que nossa ignorância diminui constantemente e de que, portanto, poderíamos controlar de maneira mais abrangente e deliberada todas as atividades humanas. É por este motivo que as pessoas intoxicadas pelo avanço do conhecimento tantas vezes se tornam inimigas da liberdade. Enquanto a evolução do conhecimento da natureza revela constantemente novas áreas, a crescente complexidade da civilização que este conhecimento nos permite edificar dificulta a compreensão intelectual do mundo que nos rodeia. Quanto mais os homens sabem, mais se reduz a parcela do conhecimento que qualquer indivíduo consegue absorver. Quanto mais civilizada a sociedade, tanto mais o indivíduo desconhece os elementos que sustentam o funcionamento de sua civilização. A própria divisão do conhecimento aumenta a ignorância do indivíduo.

HAYEK, Friedrich A. *Os fundamentos da liberdade. Supervisão e introdução de Henry Maksoud. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Italo Stelle. São Paulo: Editora Visão, 1983. (com adaptações)*

1. Com base no texto, é possível afirmar que o avanço do conhecimento científico e o progresso da civilização:
 - (A) refletem um conceito paradoxal, em que o aumento da ciência expande o conhecimento coletivo, mas reduz o entendimento individual do mundo ao seu redor.
 - (B) resultam na diminuição gradual da ignorância, ao integrar o conhecimento científico com a compreensão individual da complexidade civilizacional.
 - (C) revelam que a evolução do conhecimento individual ocorre de maneira proporcional à ampliação do conhecimento coletivo e ao avanço da ciência.
 - (D) demonstram que o progresso científico permite uma compressão da complexidade da civilização, facilitando o controle consciente sobre suas estruturas.
 - (E) comprovam que a ciência moderna torna os indivíduos mais capacitados para lidar com as implicações intelectuais da evolução social.
2. O autor emprega em sentido conotativo a expressão sublinhada em:
 - (A) “O homem se orgulha da ampliação do seu conhecimento.” (l. 1)
 - (B) “... o grau de ignorância subjacente a sua ação consciente também foram crescendo.” (l. 2)
 - (C) “... poderíamos controlar de maneira mais abrangente e deliberada todas as atividades humanas.” (l. 5-6)
 - (D) “... as pessoas intoxicadas pelo avanço do conhecimento tantas vezes se tornam inimigas da liberdade.” (l. 6-7)
 - (E) “A própria divisão do conhecimento aumenta a ignorância do indivíduo.” (l. 10-11)
3. A expressão sublinhada determina a flexão do verbo em negrito em:
 - (A) “Desde o despontar da ciência moderna, os grandes pensadores **reconheceram** que ‘o grau de ignorância aumentará com o avanço da ciência’. “ (l. 2-4)
 - (B) “... **poderíamos** controlar de maneira mais abrangente e deliberada todas as atividades humanas.” (l. 5-6)
 - (C) “É por este motivo que as pessoas intoxicadas pelo avanço do conhecimento tantas vezes se tornam inimigas da liberdade.” (l. 6-7)
 - (D) “... a crescente complexidade da civilização que este conhecimento nos permite edificar **dificulta** a compreensão intelectual do mundo que nos rodeia.” (l. 7-8)
 - (E) “Quanto mais os homens sabem, mais se **reduz** a parcela do conhecimento que qualquer indivíduo consegue absorver.” (l. 8-9)

Atenção: Para responder às questões de números 4 a 7, baseie-se no texto abaixo.

1 Qual a finalidade da avareza e da ambição, da busca de riqueza, poder e preeminência? Será para suprir as necessidades da natureza? O salário do mais pobre trabalhador pode supri-las. Vemos que esse salário lhe permite ter comida e roupas, o conforto de uma casa e de uma família. Se examinássemos sua economia com rigor, constataríamos que ele gasta grande parte do que ganha com conveniências que podem ser consideradas supérfluas. [...] Qual é, então, a causa de nossa aversão à sua situação, e por que os que foram educados nas camadas mais elevadas consideram pior que a morte serem reduzidos a viver, mesmo sem trabalhar, compartilhando com ele a mesma comida simples, a habitar o mesmo teto modesto e a vestir-se com os mesmos trajes humildes? Por acaso imaginam que têm um estômago superior ou que dormem melhor num palácio do que numa cabana? [...] De onde, portanto, nasce a emulação que permeia todas as diferentes classes de homens, e quais são as vantagens que pretendemos com esse grande propósito da vida humana a que chamamos melhorar nossa condição? Ser notado, ser ouvido, ser tratado com simpatia e afabilidade e ser visto com aprovação são todas as vantagens que se pode pretender obter com isso. É a vaidade, e não a tranquilidade ou o prazer, que nos interessa. Mas a vaidade sempre tem por base a convicção de sermos objeto de atenção e aprovação. O homem rico deleita-se com suas riquezas por julgar que elas naturalmente lhe atraem a atenção do mundo e que os homens estão dispostos a acompanhá-lo em todas as agradáveis emoções que as vantagens de sua situação tão prontamente inspiram a ele. Quando tal pensamento lhe ocorre, seu coração parece crescer e dilatar-se dentro do peito, e ele aprecia mais sua riqueza por esse motivo do que por todas as outras vantagens que ela lhe traz.

SMITH, Adam. (1759). In: GIANNETTI, Eduardo. *O livro das citações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

4. Com base no texto, é possível inferir que a busca pela riqueza, poder e preeminência

- (A) decorre de uma convicção coletiva de que o conforto material é o principal meio para alcançar a felicidade individual.
- (B) está associada à rejeição de condições de vida que representem simplicidade, reforçando uma visão hierárquica entre as diferentes camadas sociais.
- (C) é fundamentada na vaidade, que é alimentada pela necessidade de aprovação e pela percepção de superioridade em relação aos outros.
- (D) revela que o desejo de melhorar a condição pessoal está vinculado à valorização da utilidade prática das riquezas, mais do que aos aspectos emocionais.
- (E) é sustentada na crença de que as vantagens materiais proporcionam maior tranquilidade e segurança, aspectos imprescindíveis para a vida humana.

5. “Qual é, então, a causa de nossa aversão à sua situação, e por que os que foram educados nas camadas mais elevadas consideram pior que a morte serem reduzidos a viver, **mesmo sem trabalhar**, compartilhando com ele a mesma comida simples, a habitar o mesmo teto modesto e a vestir-se com os mesmos trajes humildes?” (l. 4-7)

No período anterior, a oração destacada estabelece a ideia de

- (A) conformidade.
- (B) finalidade.
- (C) condição.
- (D) temporalidade.
- (E) concessão.

6. “De onde, portanto, nasce a emulação que permeia todas as diferentes classes de homens, e quais são as vantagens que pretendemos com esse grande propósito da vida humana a que chamamos melhorar nossa condição?” (l. 7-9)

Mantendo-se o sentido original do texto, o termo sublinhado pode ser substituído por

- (A) rivalidade.
- (B) inveja.
- (C) diferença.
- (D) desprezo.
- (E) comparação.

7. Observa-se o emprego de ironia no seguinte trecho:

- (A) “Vemos que esse salário lhe permite ter comida e roupas, o conforto de uma casa e de uma família.” (l. 2-3)
- (B) “... constataríamos que ele gasta grande parte do que ganha com conveniências que podem ser consideradas supérfluas.” (l. 3-4)
- (C) “... e quais são as vantagens que pretendemos com esse grande propósito da vida humana a que chamamos melhorar nossa condição?” (l. 8-9)
- (D) “Ser notado, ser ouvido, ser tratado com simpatia e afabilidade e ser visto com aprovação são todas as vantagens que se pode pretender obter com isso.” (l. 9-10)
- (E) “O homem rico deleita-se com suas riquezas por julgar que elas naturalmente lhe atraem a atenção do mundo...” (l. 12)

8. A frase cuja pontuação encontra-se integralmente adequada é:

- (A) Sempre me pergunto: afinal de contas, descansar, significa não fazer absolutamente nada?
- (B) Quem sabe talvez, a ideia de descanso seja, na verdade, uma ilusão compartilhada por todos.
- (C) Afinal, quando o trabalho nos consome o conceito de descanso adquire uma dimensão quase idealizada.
- (D) O cronista sugere que em vez de buscar agitação nos dias de folga, devíamos, talvez, priorizar o silêncio e a reflexão.
- (E) Talvez seja verdade: para mentes cansadas e exauridas, nada fazer durante o descanso pode ser o melhor remédio.

9. Considere as frases a seguir.

- I. Ele prefere morar à beira do rio, longe da cidade.
- II. Sempre me dedico à culturas antigas com muito entusiasmo.
- III. À medida que estudamos, percebemos a complexidade do tema.
- IV. A caminhada pela cidade será feita à pé, conforme informado.
- V. Ela se dedicou à nova carreira com paixão.

O sinal indicativo de crase foi usado corretamente apenas nos itens

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.

10. Não constitui uma característica essencial da redação oficial

- (A) o emprego da impessoalidade na construção textual.
- (B) a estruturação do texto com clareza e objetividade.
- (C) o uso de linguagem técnica.
- (D) a organização das ideias de forma concisa e direta.
- (E) o atendimento às normas gramaticais e ao padrão culto da língua portuguesa.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO
Josimar Padilha

11. Uma variável Y distribui-se numa amostra da seguinte forma: 20% da população tem $Y = 1$, para 50% $Y = 2$ e 30% tem $Y = 3$. Diante do exposto, é correto afirmar que o desvio padrão Y nessa amostra é aproximadamente igual a:

- (A) $\sqrt{49}$.
- (B) $\sqrt{50}$.
- (C) $\sqrt{56}$.
- (D) $\sqrt{60}$.
- (E) $\sqrt{54}$.

12. Considere que o desvio padrão do conjunto W seja igual a 4 e que a média seja igual a 20. Então, podemos afirmar que a média e a variância de $Y = 2W - 4$ são, respectivamente, dados por:
- (A) 36 e 16.
(B) 36 e 12.
(C) 40 e 16.
(D) 40 e 12.
(E) 36 e 4.
13. Considerando a sequência de números (1, 2, 4, 3, 9, 5, 16, 7, 25, 11, 36, 13, 49, 15, __), assinale a alternativa que indica corretamente a soma dos algarismos do próximo termo da sequência.
- (A) 8
(B) 9
(C) 10
(D) 11
(E) 12
14. Em um grupo de 100 servidores que trabalham no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, 60 falam inglês e 50 falam espanhol. Sorteando-se um desses servidores e sabendo que ele fala inglês, então, a probabilidade de ele falar espanhol também é igual a:
- (A) 1/3
(B) 6/10
(C) 1/6
(D) 2/5
(E) 5/6
15. O professor Fernando resolve uma lista de questões de matemática sozinho em 9 minutos, porém, se ele fizer essa mesma tarefa juntamente com o professor Padilha, eles gastam 4 minutos. Se o professor Padilha resolver realizar sozinho essa mesma lista de questões, é correto afirmar que gastará:
- (A) 5min
(B) 6min30s
(C) 7min30s
(D) 8min
(E) 7min12s

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO
Rafael de Oliveira

16. De acordo com a Lei n. 8.112/1990, é correto afirmar que o provimento de cargo público efetivo ocorre:
- (A) exclusivamente por concurso público de provas e títulos, obedecendo à ordem de classificação.
(B) por nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.
(C) mediante contrato administrativo, dispensando concurso público em casos de excepcional interesse público.
(D) apenas por nomeação após aprovação em concurso público.
(E) exclusivamente por nomeação ou reversão, após manifestação do órgão colegiado competente.
17. De acordo com a Lei n. 8.112/1990, é correto afirmar que constitui proibição ao servidor público federal:
- (A) praticar usura sob qualquer de suas formas.
(B) prestar consultoria técnica ou científica a empresa privada.
(C) acumular dois cargos de professor, mesmo com compatibilidade de horários.
(D) ausentar-se do serviço com prévia autorização, salvo em casos de emergência.
(E) prestar serviço gratuito, mesmo em casos de colaboração com entidades de ensino.

18. Com base na Resolução CNJ n. 550/2024, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os órgãos do Poder Judiciário monitorarão os resultados dos indicadores de desempenho do PLS e de suas respectivas metas, bem como das ações previstas no plano de ações na periodicidade que for conveniente.
- (B) Os órgãos do Poder Judiciário poderão elaborar Relatório de Desempenho dos seus respectivos PLS.
- (C) O relatório de desempenho do PLS deve apresentar a consolidação dos resultados alcançados no ano e conter a análise do desempenho dos indicadores do PLS e de suas respectivas metas e das ações do plano de ações.
- (D) O relatório deve compreender, ainda, a evolução anual dos resultados dos indicadores ao longo do ciclo de execução do respectivo PLS.
- (E) O relatório de desempenho do PLS do órgão deverá ser publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão do Poder Judiciário e encaminhado ao CNJ, por meio do PLS-Jud, até o dia 28 de fevereiro do ano posterior ao que se refere.

19. Com relação ao regimento interno do TRT da 6ª Região, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O Tribunal funcionará em sua composição Plenária e dividido em Seções Especializadas e Turmas, na forma deste regimento.
- (B) O Tribunal Pleno compõe-se de todos os seus Desembargadores efetivos em exercício.
- (C) O Tribunal contará com 02 (duas) Seções Especializadas compostas na forma do art. 24 deste regimento.
- (D) As Turmas serão compostas por 08 (oito) Desembargadores do Trabalho.
- (E) Poderá qualquer Desembargador pleitear remoção de uma Turma para outra, em caso de vacância ou por permuta encaimhada pelos Presidentes das Turmas, mediante a aprovação do Tribunal Pleno, por maioria absoluta dos seus membros, ressalvada a vinculação aos processos que já tenham sido distribuídos na Turma de origem.

20. Conforme a Resolução Administrativa TRT6-GP n. 29/2023, alterada pela Resolução Administrativa TRT6 n. 2/2024, a prevenção e o enfrentamento às práticas de violência, assédio e discriminação terão sua base na gestão e organização do trabalho, observadas as seguintes diretrizes, exceto:

- (A) fomentar a gestão participativa, a integração entre servidores, gestores e magistrados, o compartilhamento da experiência, a deliberação coletiva e a cooperação vertical, horizontal e transversal.
- (B) promover a melhoria contínua e sustentável no ambiente de trabalho, contemplando as dimensões física, social, psicológica e organizacional.
- (C) assegurar o respeito à diversidade, coibir toda e qualquer forma de discriminação nas relações de trabalho e impedir mecanismos, gestão e atitudes que favoreçam o assédio.
- (D) promover a comunicação vertical, o diálogo, o feedback e canais de escuta e discussão com o objetivo de identificar problemas, mas não propor ações de melhoria no ambiente e nas relações de trabalho.
- (E) desenvolver a cultura da autoridade cooperativa, da confiança, da valorização da experiência de trabalho, da discussão e deliberação coletiva e do compromisso com a qualidade e a efetividade dos serviços judiciais.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS **Matheus Atalânia**

21. Sobre o Protocolo de San Salvador, que complementa a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais, é correto afirmar que:

- (A) o Protocolo de San Salvador é automaticamente aplicável a todos os Estados que ratificaram a CADH, sem necessidade de ratificação específica.
- (B) o Protocolo garante o direito à saúde, obrigando os Estados a promover condições que assegurem o acesso universal aos serviços de saúde.
- (C) o Protocolo prevê que os direitos econômicos, sociais e culturais têm primazia sobre os direitos civis e políticos.
- (D) a educação, segundo o Protocolo, é um direito somente para os cidadãos dos Estados Partes.
- (E) o Protocolo de San Salvador permite que os Estados se eximam de garantir direitos econômicos em tempos de crise financeira.

22. Sobre a evolução histórica dos direitos humanos, é correto afirmar que:

- (A) a Magna Carta de 1215 não teve qualquer influência no desenvolvimento dos direitos humanos, sendo um documento puramente administrativo.
- (B) a Declaração de Independência dos Estados Unidos de 1776 é um dos documentos que funda a concepção contemporânea direitos humanos.
- (C) a Revolução Francesa não influenciou o desenvolvimento dos direitos humanos, pois visou apenas às questões de soberania nacional.
- (D) a Carta das Nações Unidas de 1945 não menciona os direitos humanos entre seus objetivos centrais.
- (E) a Convenção de Genebra de 1949 é o primeiro documento que reconheceu explicitamente os direitos políticos dos cidadãos.

23. Com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), é correto afirmar que:

- (A) o direito à liberdade e segurança pessoal é assegurado exclusivamente aos cidadãos dos Estados-Membros da ONU.
- (B) a DUDH garante que todos têm direito a um padrão de vida adequado para a saúde e bem-estar, incluindo alimentação, vestuário e habitação.
- (C) o direito ao trabalho, de acordo com a DUDH, é garantido apenas para indivíduos acima de 18 anos.
- (D) a DUDH não prevê a igualdade de direitos entre homens e mulheres, focando apenas a dignidade geral do ser humano.
- (E) a liberdade de pensamento e religião é limitada pela DUDH apenas a crenças religiosas formalmente reconhecidas.

24. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) estabelece que:

- (A) o direito à nacionalidade só é garantido aos cidadãos dos Estados Partes que reconhecem a CADH.
- (B) a CADH permite que a pena de morte seja aplicada a menores de 18 anos, desde que seja por crimes extremamente graves.
- (C) a CADH protege o direito à liberdade de expressão, mas proíbe expressamente o direito de criticar o governo.
- (D) o direito ao devido processo legal é garantido a todas as pessoas, independentemente da sua nacionalidade ou condição social.
- (E) a CADH permite que os Estados restrinjam o direito à privacidade em qualquer circunstância, para proteger a segurança nacional.

25. Sobre o papel da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de acordo com a CADH, é correto afirmar que:

- (A) a Comissão Interamericana atua como tribunal de última instância para todos os casos de direitos humanos no continente americano.
- (B) a Corte Interamericana tem competência obrigatória para todos os Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos, independentemente de adesão formal.
- (C) a Comissão Interamericana pode receber petições individuais e interestatais sobre violações de direitos humanos.
- (D) a Corte Interamericana não pode emitir pareceres consultivos sobre temas de direitos humanos.
- (E) a Comissão Interamericana atua apenas em processos que já foram decididos por tribunais nacionais, sem exceção.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Mauricio Franceschini

26. Evaristo, técnico judiciário do TRT, precisa renomear um arquivo em seu computador cujo sistema operacional é o Windows 11. Ele tenta usar os seguintes nomes, mas o sistema operacional impede a operação. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta um nome que seria válido para um arquivo no Windows.

- (A) Relatório Mensal/2024.docx
- (B) Ata da Reunião: 20/10.docx
- (C) Processos>Pendentes.xlsx
- (D) Acórdão Julho.pdf*
- (E) Memorando_12.08.docx

27. Ao acessar o seu computador de trabalho, Henrique, o novo estagiário do setor, é informado pela equipe de TI sobre a necessidade de utilizar a autenticação de dois fatores para ter acesso a determinados aplicativos, incluindo o seu e-mail institucional. Nesse contexto, marque a alternativa que não deve ser utilizada por Henrique para figurar como segundo fator de autenticação.
- (A) Um token gerado por aplicativo de celular.
(B) A impressão digital cadastrada no sistema.
(C) O reconhecimento facial através da webcam.
(D) Um código enviado por SMS para o celular.
(E) A senha do seu e-mail institucional.
28. Catarina, analista judiciária do Tribunal Regional do Trabalho, precisa encontrar um modelo de petição inicial para um caso específico. Ela se lembra de ter visto um modelo em um site com o domínio ".jus.br", mas não se recorda do nome do site. Considerando essa situação, é correto afirmar que o comando de pesquisa do Google que Ana deve usar para encontrar o modelo de petição nesse tipo de site é:
- (A) petição inicial filetype:doc
(B) petição inicial site:.jus.br
(C) petição inicial related:.jus.br
(D) petição inicial -modelo
(E) "petição inicial"
29. O TRT foi alvo de um ataque cibernético que criptografou todos os dados dos servidores, impedindo o acesso a informações e sistemas críticos. Os invasores exigem uma quantia, em dinheiro, para fornecer a chave de descriptografia e liberar o acesso aos dados. Essa situação descreve um ataque de:
- (A) Phishing
(B) ddos (Negação de Serviço Distribuída)
(C) Engenharia Social
(D) Ransomware
(E) Spyware
30. Carlos, supervisor do setor de protocolos do TRT, precisa agendar uma reunião com os seus colegas para discutir um caso importante. Ele utiliza o Google Workspace e seus colegas usam o Microsoft Office 365. Diante dessa situação, assinale a alternativa que indica a maneira mais adequada para Carlos agendar essa reunião e garantir que todos recebam a notificação e possam confirmar presença.
- (A) Criar um evento no Google Agenda e enviar um e-mail com o link do evento para seus colegas.
(B) Criar um evento no Outlook Calendário e enviar um e-mail com o convite para seus colegas.
(C) Criar um evento no Google Agenda e compartilhar o evento com os endereços de e-mail de seus colegas.
(D) Criar um evento no Outlook Calendário e compartilhar o link do evento com seus colegas.
(E) Criar um grupo no WhatsApp e enviar uma mensagem com a data e hora da reunião.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PESO II
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL
Pâmella Tayná

31. Considere os itens a seguir.

- I. Julgar, em grau de recurso, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- II. Processar e julgar originariamente, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado.
- III. Processar e julgar, originariamente, o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Superior Tribunal de Justiça.

De acordo com a Constituição Federal, com relação às situações descritas nos itens acima, é correto afirmar que são de competência do STF:

- (A) I, apenas
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

32. De acordo com a Constituição Federal, compete à União, dentre outras atribuições, legislar privativamente sobre:

- (A) Seguridade social.
- (B) Previdência social.
- (C) Proteção e defesa da saúde.
- (D) Defensoria pública.
- (E) Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

33. De acordo com a Constituição Federal, no que concerne às funções essenciais à justiça, é correto afirmar que:

- (A) O Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia Pública integram o sistema constitucional das funções essenciais à justiça, mas a advocacia privada não consta nesse rol.
- (B) Os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional são comuns ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
- (C) O Ministério Público e a Defensoria Pública integram a estrutura do Poder Executivo.
- (D) O Conselho Nacional do Ministério Público, subordinado ao Ministério Público da União, também compõe a estrutura Constitucional das funções essenciais à Justiça.
- (E) Os órgãos integrantes da estrutura das “Funções essenciais à Justiça” possuem autonomia administrativa e financeira e não integram nenhum dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário).

34. Juca, pai de Thiago, praticou o crime de racismo contra Josélia, enquanto Jonatas, embora soubesse do crime, não comunicou o fato às autoridades competentes. Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) o crime cometido por Juca é imprescritível e inafiançável, mas Thiago e Jonatas poderão ser responsabilizados pelo delito, devido à relação familiar e ao conhecimento do fato.
- (B) Thiago não poderá ser responsabilizado por qualquer aspecto do crime praticado por seu pai, nem mesmo pela reparação do dano causado a Josélia.
- (C) como o crime de racismo é imprescritível, Juca poderá ser condenado à prisão perpétua.
- (D) somente Juca responderá pelo delito de racismo, sendo este imprescritível e inafiançável.
- (E) Juca deverá ser julgado pelo Tribunal do Júri, considerando que o crime de racismo é de natureza grave.

35. Carla, juíza do trabalho de determinado TRT, solicitou à diretoria de recursos humanos que enviasse um assessor jurídico para auxiliá-la nas atividades de seu gabinete. Informou apenas que precisava de uma pessoa muito competente e que poderia ocupar um cargo em comissão ou exercer uma função de confiança. Em resposta, a diretoria esclareceu corretamente que:
- (A) qualquer pessoa, independentemente de vínculo com o Poder Público, pode ser designada para exercer função de confiança, desde que haja relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado.
 - (B) somente servidores efetivos podem exercer funções de confiança, enquanto os cargos em comissão podem ser ocupados por pessoas sem vínculo com o Poder Público, desde que observado o percentual mínimo exigido em lei para servidores de carreira.
 - (C) tanto cargos em comissão quanto funções de confiança podem ser preenchidos por pessoas sem vínculo com o Poder Público, desde que desempenhem funções de direção, chefia ou assessoramento.
 - (D) cargos em comissão e funções de confiança destinam-se a funções de natureza burocrática, técnica ou operacional, sendo irrelevante a relação de confiança entre o nomeante e o nomeado.
 - (E) cargos em comissão e funções de confiança podem ser ocupados por pessoas sem vínculo com o Poder Público, desde que a criação desses cargos seja proporcional ao número de servidores efetivos e atenda à discricionariedade administrativa.
36. João, recém-empossado em órgão de controle, ficou com dúvida sobre o papel do Tribunal de Contas da União (TCU) no controle dos atos de admissão de pessoal. Em conversa com seus colegas, foi esclarecido corretamente que:
- (A) aprecia a legalidade dos atos de admissão de pessoal para fins de registro, exceto os referentes a cargos em comissão.
 - (B) analisa previamente a conveniência e a oportunidade dos atos de admissão antes de sua efetivação.
 - (C) o TCU realiza o controle dos atos de admissão somente após manifestação do congresso nacional.
 - (D) o Congresso Nacional registra automaticamente os atos de admissão de pessoal da administração indireta, sem necessidade de análise prévia.
 - (E) o TCU autoriza previamente os atos de admissão, com foco na economicidade e na eficiência administrativa e, posteriormente, o Congresso Nacional reavalia o posicionamento do TCU.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rafael de Oliveira

37. A Administração Pública deve obedecer a princípios explícitos na Constituição Federal de 1988. Sobre esses princípios, é correto afirmar que um deles é o da:
- (A) eficiência, que implica a obrigação de a Administração Pública sempre realizar licitação para contratar bens e serviços.
 - (B) moralidade, que está relacionada ao respeito à lei, independentemente de valores éticos e sociais.
 - (C) publicidade, que pode ser dispensada em situações excepcionais, como segurança nacional.
 - (D) legalidade, que impõe ao administrador público o dever de agir apenas conforme a lei.
 - (E) impessoalidade, que permite o atendimento a interesses particulares quando justificado pelo interesse público.
38. De acordo com a Lei n. 13.869/2019, é correto afirmar que comete abuso de autoridade aquele que:
- (A) expõe indevidamente a imagem de um investigado em meios de comunicação, ainda que com autorização judicial.
 - (B) aplica sanção em processo administrativo disciplinar após a devida apuração dos fatos e com observância do contraditório.
 - (C) utiliza meios legais para compelir alguém a depor como testemunha em procedimento judicial ou administrativo.
 - (D) exige cumprimento de obrigação legal por parte de particular, dentro das atribuições administrativas.
 - (E) impede ou retarda, injustificadamente, o envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente para a apreciação da legalidade de sua prisão ou das circunstâncias de sua custódia.
39. Assinale a alternativa que indica corretamente um dos requisitos de validade de um ato administrativo.
- (A) Discricionariedade.
 - (B) Finalidade.
 - (C) Conveniência Administrativa.
 - (D) Motivação Opcional.
 - (E) Eficácia.

40. No âmbito do processo administrativo federal, segundo a Lei n. 9.784/1999, o princípio que assegura ao administrado a oportunidade de se manifestar antes da tomada de decisão é o da:
- (A) Eficiência.
 - (B) Razoabilidade.
 - (C) Publicidade.
 - (D) Ampla Defesa.
 - (E) Finalidade.
41. Nos termos da Lei n. 14.133/2021, a contratação direta pela Administração Pública pode ocorrer nas seguintes hipóteses:
- (A) sempre que houver disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa justificar.
 - (B) para compras de bens ou serviços de pequeno valor, conforme limite estabelecido na legislação.
 - (C) apenas quando não houver licitantes interessados no certame licitatório.
 - (D) exclusivamente em situações de emergência, desde que declarada por autoridade judicial.
 - (E) para atender à contratação de parentes de servidores públicos em cargos de chefia.

42. A respeito da cassação e da caducidade no âmbito do Direito Administrativo, analise as afirmativas a seguir.
- I. A cassação ocorre como sanção administrativa aplicada ao particular que desrespeita as condições ou requisitos estabelecidos para a utilização de um direito ou concessão.
 - II. A caducidade consiste na extinção de um ato administrativo ou concessão em virtude de descumprimento contratual impunitável ao poder público.
 - III. Tanto a cassação quanto a caducidade geram a extinção de direitos, sendo ambas decorrentes exclusivamente da iniciativa do poder público, sem qualquer participação ou conduta do particular.
 - IV. A caducidade pode ser declarada em razão do inadimplemento de obrigações assumidas pelo concessionário em contratos administrativos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e IV.
- (E) I e II, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rafael Barbosa

43. O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6) implementou recentemente mudanças em sua estrutura organizacional. A área administrativa foi organizada com base na hierarquia e na centralização das decisões. Cada departamento possui um chefe que concentra a autoridade e supervisiona diretamente os subordinados, sem que haja sobreposição de comando. Essa estrutura reflete um modelo clássico de organização, sendo conhecida como:
- (A) Estrutura funcional.
 - (B) Estrutura matricial.
 - (C) Estrutura linear.
 - (D) Estrutura em rede.
 - (E) Estrutura híbrida.
44. No Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6), gestores estão analisando práticas de gestão para melhorar o desempenho organizacional. Enquanto no setor privado as decisões são geralmente voltadas à maximização de lucros, na gestão pública as ações devem seguir princípios constitucionais que assegurem o interesse coletivo. Considerando as convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada, é correto afirmar que:
- (A) a gestão pública prioriza a transparência e o interesse coletivo, enquanto a gestão privada foca na sua responsabilidade social.
 - (B) ambas as gestões buscam eficiência, mas a gestão pública deve seguir princípios constitucionais, como imparcialidade e publicidade.
 - (C) a gestão pública é menos eficiente que a gestão privada devido à burocracia e ao controle social de suas ações.
 - (D) a gestão privada não possui obrigações de prestar contas, diferentemente da gestão pública.
 - (E) na gestão pública, o foco está no atendimento à população, enquanto na gestão privada está na competitividade interna.

45. O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6) está implementando um novo sistema de gestão estratégica para melhorar o desempenho e a eficiência das suas unidades. Durante o processo, foram desenvolvidos três níveis de planejamento:
- No nível estratégico, foram definidos objetivos gerais para aprimorar a entrega de serviços à sociedade em longo prazo, como a redução do tempo médio para julgamento de processos;
 - No nível tático, as secretarias estabeleceram metas específicas para a digitalização de 90% dos processos até o final do ano;
 - No nível operacional, equipes de servidores foram designadas para treinar os colaboradores e implementar as ferramentas necessárias em cada unidade;
- Com base no exposto, assinale a alternativa que identifica corretamente a característica de cada tipo de planejamento.
- (A) O planejamento operacional foca as metas gerais de longo prazo, enquanto o estratégico aborda ações de curto prazo.
(B) O planejamento estratégico é voltado para a execução direta de tarefas, enquanto o tático estabelece as metas gerais das unidades.
(C) O planejamento tático atua na definição de objetivos amplos, enquanto o estratégico e o operacional focam a execução de atividades diárias.
(D) O planejamento estratégico define objetivos de longo prazo, o tático desdobra esses objetivos em metas específicas, e o operacional detalha as ações para executá-las.
(E) O planejamento operacional estabelece os objetivos gerais da organização, enquanto o tático e o estratégico se concentram na execução de atividades.
46. O TRT-6 implementou um novo modelo de gestão voltado para resultados, com foco na celeridade processual e no atendimento ao público. Como parte desse modelo, foi criada uma métrica para avaliar o desempenho das unidades, utilizando indicadores como o tempo médio para prolação de sentenças e a taxa de satisfação dos usuários. Além disso, foram estabelecidas metas específicas, como reduzir em 20% o número de processos pendentes nos próximos seis meses.
- Sobre a gestão de resultados na produção de serviços públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) A gestão de resultados no setor público prioriza exclusivamente o atendimento à legalidade, sendo indiferente à eficiência e à satisfação do público.
(B) Indicadores de desempenho e metas específicas são características centrais da gestão de resultados na administração pública.
(C) A gestão de resultados ignora a satisfação dos usuários, focando apenas a produtividade interna das unidades.
(D) A gestão de resultados é voltada para atender exclusivamente às metas de curto prazo, sem considerar o impacto de longo prazo na sociedade.
(E) A implementação da gestão de resultados elimina a necessidade de controles externos e internos na administração pública.
47. No Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6), a gestão administrativa percebeu que a comunicação entre as unidades e a troca de informações com parceiros externos, como escritórios de advocacia e sindicatos, estavam desalinhadas. Para solucionar o problema, foi criado um sistema integrado de gestão em rede, permitindo uma comunicação ágil e um compartilhamento de informações em tempo real entre os atores envolvidos. A adoção desse modelo trouxe resultados positivos, como maior celeridade processual e menor retrabalho administrativo.
- Sobre a comunicação na gestão pública e o uso de redes organizacionais, assinale a alternativa correta.
- (A) A comunicação em redes organizacionais é exclusiva de organizações privadas, não se aplicando ao contexto da gestão pública.
(B) Redes organizacionais eliminam a necessidade de processos formais de comunicação na gestão pública.
(C) A integração entre unidades do TRT-6 e seus parceiros externos por meio de redes organizacionais promove maior eficiência e reduz falhas na comunicação.
(D) Redes organizacionais se caracterizam pela ausência de hierarquia e, portanto, são incompatíveis com a gestão pública, que segue rígidos princípios hierárquicos.
(E) A comunicação na gestão pública ocorre de forma linear e centralizada, sem benefícios perceptíveis com a adoção de redes organizacionais.

48. O TRT-6 lançou um programa de modernização de suas práticas administrativas, envolvendo as principais etapas do processo organizacional:

- Na fase de planejamento, foram definidos objetivos para reduzir em 15% o número de processos pendentes em um ano;
- Na fase de direção, líderes orientaram as equipes sobre os prazos e os procedimentos a serem adotados;
- Na fase de comunicação, foi estabelecido um sistema de reuniões semanais para monitorar o progresso;
- Na fase de controle, indicadores de desempenho foram monitorados regularmente;
- Na fase de avaliação, os resultados foram comparados com as metas iniciais para identificar oportunidades de melhoria.

Com base no exemplo, assinale a alternativa que melhor descreve o papel das fases do processo organizacional.

- (A) A direção e o controle eliminam a necessidade de planejamento e avaliação no processo organizacional.
(B) A avaliação ocorre antes do controle, pois é fundamental para orientar os indicadores de desempenho.
(C) O planejamento estabelece os objetivos, enquanto a avaliação verifica se eles foram alcançados, apontando ajustes necessários.
(D) A comunicação é desnecessária no processo organizacional, desde que o planejamento esteja bem estruturado.
(E) O controle ocorre apenas no final do processo organizacional, para comparar os resultados com as metas definidas.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

Fernanda Rocha

49. Joana é empregada em uma empresa de confecção e completou 12 meses de trabalho em 30 de novembro de 2024. Durante esse período, ela teve 8 faltas injustificadas ao trabalho. Com base no art. 130 da CLT, é correto afirmar que a proporção de dias de férias a que Joana terá direito será de:

- (A) 30 dias corridos.
(B) 24 dias corridos.
(C) 18 dias corridos.
(D) 12 dias corridos.
(E) nenhum dia, pois ela teve mais de 5 faltas.

50. Carlos e Ana são empregados de uma empresa do setor varejista e desempenham a mesma função no mesmo estabelecimento empresarial, com produtividade e perfeição técnica equivalentes. Carlos, entretanto, recebe um salário maior que o da Ana. Considerando o disposto no art. 461 da CLT, assinale a alternativa que apresenta uma situação que impediria a equiparação salarial entre os dois.

- (A) Ana possui menos de dois anos na função e Carlos possui três anos na mesma função.
(B) Ana possui diferença de tempo de serviço na empresa inferior a quatro anos em relação a Carlos.
(C) A empresa possui um plano de cargos e salários validado por norma interna ou negociação coletiva.
(D) A diferença salarial entre Carlos e Ana se baseia em distinções de produtividade e perfeição técnica.
(E) Carlos foi readaptado em nova função por motivo de deficiência física atestada pela Previdência Social.

51. João é empregado de uma empresa e solicita afastamento do trabalho, sem prejuízo do salário, para realizar diferentes atividades previstas no art. 473 da CLT. Considerando o exposto, assinale a alternativa que apresenta uma situação na qual o afastamento seria vedado, mesmo que João apresente justificativa formal.

- (A) João precisa se ausentar por um dia para realizar uma doação voluntária de sangue, devidamente comprovada.
(B) João solicita dois dias consecutivos de afastamento para se alistar como eleitor, conforme a lei respectiva.
(C) João informa que precisa de três dias para acompanhar sua esposa em consultas médicas durante a gravidez.
(D) João deseja faltar ao trabalho por um dia para acompanhar seu filho de sete anos em uma consulta médica.
(E) João solicita três dias consecutivos de afastamento em razão de seu casamento.

52. Determinada empresa e um de seus empregados firmaram um acordo individual escrito para implementar a jornada de trabalho de 12 horas seguidas por 36 horas de descanso, conforme o art. 59-A da CLT. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa correta.
- (A) A jornada de 12x36 pode ser implementada somente por meio de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, não sendo permitido acordo individual escrito.
(B) Os intervalos para repouso e alimentação durante a jornada de 12 horas são obrigatórios, mas podem ser indenizados, conforme previsto na lei.
(C) O acordo firmado entre as partes permite que os feriados trabalhados sejam pagos em dobro, além do salário mensal pactuado.
(D) O descanso semanal remunerado deve ser pago separadamente, mesmo quando a jornada de 12x36 é adotada.
(E) A jornada de 12x36, prevista no art. 59-A, exclui a possibilidade de compensação dos feriados no pagamento mensal.
53. Carlos foi contratado como policial militar por uma empresa privada de segurança para atuar em serviços de vigilância. Posteriormente, ele ajuizou ação trabalhista pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício com a empresa. Por outro lado, João foi contratado por uma banca de apostas para atuar como cambista do jogo do bicho e, ao ser dispensado, também ingressou com ação trabalhista buscando o reconhecimento de vínculo empregatício. Com base nas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST, é correto afirmar que:
- (A) Carlos não pode ter seu vínculo empregatício reconhecido devido ao seu vínculo como policial militar.
(B) João pode ter seu vínculo empregatício reconhecido, desde que tenha preenchido os requisitos do art. 3º da CLT.
(C) Carlos pode ter seu vínculo empregatício reconhecido, independentemente de eventual penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.
(D) João pode ter seu vínculo empregatício reconhecido, mesmo que a atividade seja considerada ilícita, por ser relação de trabalho subordinada.
(E) Ambos os contratos são nulos, pois há incompatibilidade com os princípios da relação de emprego previstos na CLT.
54. Paulo foi contratado por uma empresa no regime de trabalho intermitente, conforme o art. 452-A da CLT. Em uma das convocações para prestação de serviços, Paulo recusou a oferta de trabalho. Além disso, ao final do período em que aceitou uma convocação, Paulo questionou o pagamento das parcelas devidas. Com base no artigo mencionado, analise as situações descritas e assinale a alternativa correta.
- (A) Paulo não poderia ter recusado a convocação, pois o contrato intermitente exige a aceitação obrigatória de todas as ofertas.
(B) A recusa de Paulo à convocação descharacteriza a subordinação no contrato intermitente, tornando-o nulo.
(C) Ao final do período de trabalho, Paulo tem direito a receber apenas a remuneração e o repouso semanal remunerado.
(D) Paulo tem direito a receber, ao final do período de trabalho, todas as parcelas previstas no § 6º do referido artigo, incluindo férias proporcionais e décimo terceiro salário proporcional.
(E) A empresa está dispensada de recolher a contribuição previdenciária para Paulo, considerando a natureza intermitente do contrato.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DE TRABALHO

Fernanda Rocha

55. Ana ingressou com uma ação trabalhista contra a sua antiga empregadora, pedindo o pagamento de diversas verbas. A sentença foi parcialmente procedente, reconhecendo alguns dos pedidos de Ana e negando outros. O juiz fixou honorários de sucumbência para ambas as partes. Com base no art. 791-A da CLT, analise as afirmativas e assinale a correta.
- (A) Ana não terá que pagar honorários de sucumbência à empresa, pois o processo foi parcialmente procedente.
(B) Os honorários de sucumbência arbitrados para Ana poderão ser compensados com os honorários fixados para a empresa.
(C) O percentual dos honorários de sucumbência deve ser fixado entre 1% e 15%, conforme o grau de procedência da ação.
(D) O juiz deve considerar fatores como o grau de zelo do advogado e o trabalho realizado para fixar os honorários de sucumbência.
(E) Os honorários de sucumbência são devidos apenas nos casos de total improcedência da ação trabalhista.

56. João ingressou com uma ação trabalhista contra a sua empregadora, alegando verbas que sabia não serem devidas e apresentando informações falsas sobre a sua relação de trabalho. Durante o processo, ele interpôs recursos com claro intuito de atrasar o julgamento. Com base nos arts. 793-B e 793-C da CLT, é correto afirmar que:
- (A) João não pode ser condenado como litigante de má-fé, pois os pedidos trabalhistas têm presunção de veracidade e boa-fé.
(B) a multa por litigância de má-fé será limitada a 10% do valor corrigido da causa, além de João arcar com indenização e honorários advocatícios.
(C) João poderá ser condenado a pagar multa de até 50% do valor corrigido da causa por litigância de má-fé, além de arcar com despesas processuais.
(D) João só será condenado como litigante de má-fé se for comprovado que resistiu injustificadamente ao andamento do processo.
(E) caso João e a empregadora sejam considerados litigantes de má-fé, ambos responderão solidariamente pelos prejuízos causados à parte contrária, sem considerar sua participação na causa.
57. Uma empresa interpôs Recurso de Revista no âmbito de um processo trabalhista, alegando que a decisão do Tribunal Regional do Trabalho contrariava uma súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e apresentava interpretação diversa de outro tribunal regional sobre um dispositivo de lei federal. Com base no art. 896 da CLT, assinale a afirmativa correta.
- (A) O Recurso de Revista não pode ser admitido quando há divergência jurisprudencial entre tribunais regionais do trabalho.
(B) O Recurso de Revista é cabível apenas se a decisão impugnada violar diretamente a Constituição Federal, sem considerar contrariedade à súmula ou interpretação diversa de dispositivos legais.
(C) O Recurso de Revista pode ser interposto, desde que o recorrente comprove a divergência jurisprudencial ou contrariedade à súmula vinculante, mencionando as circunstâncias que identifiquem os casos confrontados.
(D) Não cabe Recurso de Revista em processos que envolvam execução de sentença, mesmo que se alegue ofensa direta à Constituição Federal.
(E) O Recurso de Revista pode ser admitido automaticamente, sem necessidade de demonstrar divergência jurisprudencial ou contrariedade a súmulas ou dispositivos legais.
58. Uma empresa teve bens penhorados em uma execução trabalhista e deseja apresentar embargos à execução. Sobre o procedimento e as matérias cabíveis, com base no art. 884 da CLT, é correto afirmar que:
- (A) a empresa pode apresentar embargos no prazo de 10 dias após a penhora, questionando qualquer aspecto do título judicial.
(B) o executado pode apresentar embargos à execução alegando, entre outras matérias, a constitucionalidade do título judicial, caso tenha fundamento em norma declarada incompatível com a Constituição Federal pelo STF.
(C) nos embargos, o executado pode alegar a inexigibilidade do título judicial, mesmo que não haja decisão do STF sobre a matéria.
(D) caso o executado apresente embargos, o exequente terá prazo de 10 dias para impugná-los, podendo, inclusive, requerer audiência para produção de provas.
(E) entidades filantrópicas são obrigadas a garantir a execução ou realizar a penhora antes de apresentar embargos, salvo se houver decisão judicial em sentido contrário.
59. Em uma execução trabalhista, foi necessário realizar a liquidação da sentença, pois esta era ilíquida. Com base no disposto no art. 879 da CLT, é correto afirmar que:
- (A) Na fase de liquidação, as partes poderão discutir matérias relacionadas à causa principal, desde que apresentem uma justificativa fundamentada.
(B) A liquidação poderá ser realizada por cálculo, arbitramento ou artigos, abrangendo também o cálculo das contribuições previdenciárias incidentes.
(C) Após a elaboração dos cálculos, as partes terão prazo comum de dez dias para impugná-los, sob pena de preclusão.
(D) A União será intimada para se manifestar sobre os cálculos de liquidação, independentemente do valor envolvido.
(E) A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial deve ser feita exclusivamente com base nos índices de inflação geral.

60. Carlos interpôs embargos de declaração contra uma sentença trabalhista, alegando omissão em relação a um pedido expresso em sua inicial. Após a apresentação dos embargos, a parte contrária foi intimada para manifestação. Com base no art. 897-A da CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) Os embargos de declaração não podem gerar efeito modificativo na decisão embargada, independentemente da situação.
- (B) Os erros materiais identificados no julgamento dos embargos de declaração podem ser corrigidos apenas a requerimento das partes.
- (C) O julgamento dos embargos de declaração deve ocorrer obrigatoriamente na mesma sessão em que foram apresentados.
- (D) Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, exceto se forem intempestivos ou irregularmente apresentados.
- (E) A parte contrária não precisa ser ouvida antes de eventual efeito modificativo nos embargos de declaração.

DISCURSIVA – REDAÇÃO
Fidelis Almeida

Texto I

Assim como os artigos da Constituição dedicados aos direitos e deveres do juiz buscam garantir sua independência e imparcialidade, a própria organização dos poderes adotada pelo nosso Estado Democrático de Direito também o faz. A independência e harmonia dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, consagrada pelo artigo 2º da Constituição da República também é imprescindível para garantir a ausência de influência de membros dos poderes Executivo e Legislativo nas decisões dos juízes.

Além das previsões mencionadas anteriormente, o Brasil é signatário de tratados internacionais que expressamente garantem a todo ser humano, de forma igualitária, julgamento por tribunal independente e imparcial, são eles: Declaração Universal dos Direitos Humanos¹, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos² e Convenção Americana Sobre Direitos Humanos³, todos incorporados pela Constituição Federal, nos termos do artigo 5º, §3º⁴.

NEVES, Felipe Costa Rodrigues. *A imparcialidade do juiz: O que diz a Constituição Federal?* Migalhas, 28 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/constituicao-na-escola/306844/a-imparcialidade-do-juiz--o-que-diz-a-constituicao-federal>.

Acesso em: 9 dez. 2024. Adaptado.

Texto II

A discussão acerca da neutralidade e a imparcialidade é extensa, sendo a ideia de neutralidade judicial compreendida como insensibilidade ou indiferença ao resultado do processo, porém não se justifica de modo algum com a imparcialidade. Esta exige um juiz atuante, ativo, preocupado com o desfecho justo do processo, imbuído em buscar uma tutela efetiva dos direitos subjetivos e não somente a correção formal dos procedimentos.

Desta forma, não pode mais progredir esse mito de que todo juiz neutro, é indiferente a todos os acontecimentos, é apolítico ou acrítico, pois o juiz tem sim um engajamento axiológico, acredita em algo, possui princípios; sendo assim, suas decisões são motivadas por aquilo em que julga acreditar, pela sua experiência profissional e de vida, portanto, a atividade do julgador tem um engajamento ideológico, mesmo sendo considerada por muitos que desejam a manutenção do “status quo”, uma atividade neutra, em que o julgador não pode levar em consideração os fatos sociais de sua época e demonstrar valores na motivação de sua sentença.

GUIMARÃES, Maiara. *O Juiz e o princípio da imparcialidade.* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no 2º semestre de 2017, Itaboraí/RJ. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-juiz-e-o-princípio-da-imparcialidade/580818106>. Acesso em: 9 dez. 2024. Adaptado.

Considerando as ideias apresentadas nos textos I e II, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do tema:

O conflito entre imparcialidade judicial e o alinhamento ideológico de magistrados

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Respostas

Número do Caderno 00000000	Cargo ou Opção Técnico Judiciário – Área Administrativa				
--------------------------------------	---	--	--	--	--

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -

REDAÇÃO SOB MEDIDA

**Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.**

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA 9.0



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva